

A MOBILIDADE ACADÊMICA COMO ESTRATÉGIA NA POLÍTICA PÚBLICA DE INTERNACIONALIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PÚBLICAS: ESTUDO DE CASO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE.

ERIC MATHEUS BISPO PEREIRA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE (UFRN)
ericmatheus.bispo@hotmail.com

DINAH DOS SANTOS TINOCO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE (UFRN)
dinahtinoco@uol.com.br

JOMÁRIA MATA DE LIMA ALLOUFA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE (UFRN)
jalloufa@yahoo.com.br

ÁREA TEMÁTICA: ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A MOBILIDADE ACADÊMICA COMO ESTRATÉGIA NA POLÍTICA PÚBLICA DE INTERNACIONALIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PÚBLICAS: ESTUDO DE CASO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE.

1 INTRODUÇÃO

Como propulsora do desenvolvimento da educação superior, a internacionalização do ensino ganha notoriedade nos discursos formais do Governo Federal, bem como nas diretrizes estabelecidas nos Planos de Gestão das Universidades Públicas brasileiras, tendo em vista sua importância para que as IES formulem suas práticas repensando seu papel diante da sociedade, como instituições que abrigam a multiplicidade de valores e de opiniões e que enfatizam o caráter universal do conhecimento. (MUELLER, 2013).

Historicamente, conforme menciona Lima e Contel (2012) o assunto é visto desde a consolidação das primeiras instituições de ensino europeias, que contavam com a presença de professores e estudantes de diversas regiões do mundo, que se uniam com o objetivo em comum de criar e compartilhar conhecimento – era a formação das chamadas “universitas”, um dos primeiros conceitos que traduzem a essência do processo de internacionalização do ensino, que atualmente abrange a universalidade e a multiplicidade de visões de mundo, posições filosóficas, tendências científicas e políticas.

Segundo Klein (2012) a crescente importância do conhecimento, a valorização do capital intelectual, os avanços nas tecnologias de informação, bem como a responsabilidade na criação e na manutenção do entendimento entre os povos e do espírito de solidariedade, passam a ser questões discutidas nos fóruns internacionais, e desde o ano de 1998, quando foram apresentadas na Conferência Mundial sobre Educação Superior realizada pela UNESCO em Paris, tornam-se elementos constituintes da política de internacionalização do ensino, que vem sendo adotadas não só por instituições brasileiras, mas também por diversas IES ao redor do mundo – tendo em vista que só é possível estabelecer relações de internacionalização, caso haja pactuação entre países membros.

Relacionando-se ainda com o referido evento, que garantiu maior visibilidade ao tema, inserindo-o nas agendas de discussão educacionais, o então Primeiro Ministro da França, Lionel Jospin, no discurso de abertura da Conferência Mundial sobre o Ensino Superior de 1998, (UNESCO, 1998), firma quais deveriam ser as convicções que norteiam o processo de internacionalização, a saber: a mudança do ensino superior deve ser fundamentada nos valores que inspiraram as primeiras universidades europeias; e o movimento de expansão do ensino deve paulatinamente ser inscrito em um acréscimo de cooperação internacional. Em outras palavras, a universidade deve ser um local de confronto de culturas e experiências, favorecendo a mobilidade dos discentes e docentes, das ideias, das descobertas, das inovações.

2. PROBLEMA DA PESQUISA E OBJETIVO

Diante do exposto, surge o seguinte problema de pesquisa: como se configura o processo de mobilidade no ensino superior na Universidade Federal do Rio Grande do Norte? Com isso, busca-se compreender a configuração do processo de mobilidade no ensino superior na UFRN, relatando-se o cenário, seus principais aspectos e sua relação com a política de internacionalização adotada na instituição. Para tanto têm-se os seguintes objetivos específicos: i) Identificar o processo de mobilidade, gerenciado pela Secretaria de Relações

Internacionais e Interinstitucionais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, suas características e formas de atuação; ii) Relatar a conjuntura das ações de mobilidade executadas na UFRN, subdivididas em mobilidade “*in*” e “*out*”.

3. A INTERNACIONALIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR E A EXECUÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA.

3.1 Conceitos para internacionalização do Ensino Superior.

Peixoto (2010) menciona que uma vez exercendo a função de produtor e multiplicador de conhecimento, o ensino superior torna-se instrumento indispensável para o crescimento de todos os países, sejam eles desenvolvidos ou em desenvolvimento. Esse cenário induz a universidade, seja ela pública ou privada, a revisar e atualizar as suas estratégias, a fim de que seus estudantes passem a contar com as competências acadêmicas e profissionais que lhes permitam interagir em uma sociedade cada vez mais multicultural e internacional, com rápidas mudanças em seus sistemas – é o conceito de internacionalização do ensino. (SEBASTIÁN, 2004).

Conforme Gacel-Ávila (2003), a internacionalização da educação passou a ganhar maior notoriedade a partir do século XX e esteve originalmente vinculada ao movimento de paz e relação de entendimento entre as pessoas, ganhando maior destaque no período entre 1960 e 1980 com novas políticas de ajuda internacional e de cooperação. Para Qiang (2003) é certo que o elemento chave do termo internacionalização é a noção existente entre nações e identidades culturais e por isso a internacionalização do ensino superior é vista como uma forma de um país responder ao impacto da globalização, sendo vista sob duas principais perspectivas: a comercial e a de cooperação.

Neste novo panorama, conforme Schwartzman e Christophe (2005), as Instituições de Ensino Superior tendem a reconhecer que a internacionalização é o caminho pelo qual obterão o apoio necessário para o desenvolvimento da tríade ensino-pesquisa-extensão, ou até mesmo torna-se uma ferramenta de apoio ao desenvolvimento de sua missão social.

Segundo Castro e Neto (2012) tratando-se de conceitos, nota-se que a internacionalização, ainda em construção no campo educacional, é um processo complexo por se inserir em um amplo contexto das políticas públicas e, portanto, sem uma clara definição de seus objetivos. Nesse sentido, há duas definições paradoxais, sendo elas: a da UNESCO que trata a internacionalização do ensino superior como uma necessidade de compartilhar o conhecimento, de estabelecer a cooperação internacional e o entendimento de que as novas tecnologias podem oferecer oportunidades diferenciadas para reduzir as disparidades regionais, devendo ser utilizadas pelos países em escala global, tendo como referência, a solidariedade, o reconhecimento e o apoio mútuo, gerando benefício para todos os países, ressaltando, dessa forma, o caráter de internacionalização das políticas educativas. (UNESCO, 2009).

Do outro lado, promovida pela Organização Mundial de Comércio (OMC), está a visão da educação como um serviço e, portanto, da internacionalização como mercadoria, devendo ser regulada pelo mercado. Santos (2013) foram estabelecidos pela OMC quatro campos em que se poderiam proceder à internacionalização dos serviços educacionais, sendo eles: a oferta transfronteiriça – quando o serviço cruza a fronteira, saindo de um país para ser consumido em outro; o consumo no exterior – que inclui a migração de estudantes, professores e pesquisadores interessados em participar de cursos de curta ou longa duração; a presença comercial – caso em que a instituição de ensino cruza a fronteira estabelecendo-se e investindo em país estrangeiro e por fim o movimento temporário de pessoas físicas – quando

professores e outros profissionais da área de educação se deslocam a outros países na condição de palestrantes, professor visitante ou pesquisador.

3.2 A mobilidade acadêmica e suas relações com a internacionalização do ensino superior.

Altbach e Knight (2007) mencionam que as Instituições de Ensino Superior vivenciam um processo de surgimento de novas demandas originadas da sociedade globalizada, demandas essas que fazem as IES repensarem e reconstruírem suas estratégias de atuação na comunidade, ampliando seus horizontes e promovendo políticas que evidenciem o papel internacional das mesmas. Tais práticas são capazes de promover à diversidade cultural, o compartilhamento de informações, a redução de fronteiras, através da mobilidade acadêmica de seu quadro de pessoal (alunos, professores e pesquisadores).

De forma tradicional, a mobilidade acadêmica pode ser classificada, segundo Kiley & Austin (2008), em quatro tipos: a mudança para outro lugar após o término do ensino médio para realizar algum curso de graduação; mudança para outro lugar para realizar parte da graduação; mobilidade virtual (mobilidade realizada pelo uso da internet); e mudança para outro lugar para realizar a pós-graduação. Nesse contexto, segundo Mueller (2013), a globalização e as crescentes oportunidades de emprego em empresas multinacionais e em outros países ajudaram a impulsionar o crescimento da educação transfronteiriça, ou seja, aquela que promove a quebra de barreiras internacionais, proporcionando que os intercambistas despertem o interesse por vivências e conhecimentos que eles não teriam na formação usual em seu país de origem.

Nota-se que há uma via de mão dupla: ganha os estudantes que poderão aprimorar seus conhecimentos em centros de excelência e ganha toda a sociedade nacional, uma vez que tais alunos quando retornam a seus países de origem, conseguem se destacar, propor inovações e participar ativamente de novas ideias que contribuam para o desenvolvimento não só do mercado de trabalho local, como também social e político. (MÉSZÁROS, 2005).

Para Santos (2006) a mobilidade estudantil envolve uma série de fatores e processos que estão na base do sistema produtivo e no cotidiano das pessoas, englobando todo o sistema de locomoção e transporte desses estudantes, a gestão dos projetos de mobilidade, as interações espaciais e até as dinâmicas sociais e diferenças culturais existentes entre os países membros. Em outras palavras, o processo de mobilidade estudantil envolve estruturas, meios, culturas e significados.

Complementando, Soares (2012), cita que há várias razões para o crescimento dos programas de mobilidade acadêmica no mundo, como a facilidade de acesso; a diminuição dos custos dos programas e avanços nas tecnologias de comunicação e o crédito aplicado de que o programa desenvolverá habilidades e conhecimentos profissionais ao beneficiado.

4. METODOLOGIA

O presente artigo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa e quanto ao objetivo, como descritiva e exploratória (GIL, 1999). Buscou-se descrever a mobilidade acadêmica na UFRN, tanto a nacional como a internacional, explanando-se as relações existentes com a internacionalização do ensino superior público potiguar. É exploratória, na medida em que procurou conhecer com maior profundidade o tema, que além de ser importante para o fortalecimento das universidades públicas brasileiras, auxilia na consolidação da tríade ensino-pesquisa-extensão.

Quanto aos procedimentos, trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental, em que foram consultados materiais disponíveis de fontes primárias (reportagens jornalísticas e

documentários) e secundárias (livros, periódicos, artigos científicos e documentos institucionais) favorecendo a observação do processo de maturação da ideia central (CELLARD, 2008).

Foi realizado um levantamento de dados através de um roteiro de entrevista para que fosse possível explicar as razões e as fontes dos eventos mensurados e as características e correlações observadas referentes à temática da pesquisa (BABBIE, 2001). Os resultados foram unidos a uma pesquisa bibliográfica, que segundo Gauthier (2004) elimina – ao menos em parte – a eventualidade de quaisquer influências do conjunto dos comportamentos ou acontecimento pesquisados.

Identifica-se de que forma a mobilidade acadêmica auxilia no processo de internacionalização do ensino da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, na medida em que disponibiliza aos beneficiários participar de experiências nacionais e internacionais que promovem vivências culturais diferentes e o estudo em programas curriculares tidos como referência. Além disso, relata-se, na percepção de gestores, a implantação da política na IES, apontando aspectos relevantes na execução de tais programas e ações.

Caracterizou-se, também, como estudo de caso, que segundo Yin (1994) possibilita a compreensão, exploração e descrição dos acontecimentos e contextos de determinada situação, nos quais estão simultaneamente envolvidos diversos fatores.

Ao realizá-lo, propõem-se demonstrar experiências de aprofundamento em questões relevantes sobre o fenômeno pesquisado (mobilidade acadêmica em instituições de ensino superior públicas), buscando enfatizar a multiplicidade de dimensões do problema. Para tanto, procurou elucidar os caminhos adotados pela UFRN em parcerias com instituições de ensino nacionais e internacionais, bem como com empresas privadas no enfrentamento da questão, a partir da opinião dos principais gestores da SRI - Secretaria de Relações Internacionais e Interinstitucionais (setor responsável pelo gerenciamento da mobilidade).

Na coleta de dados, utilizou-se de entrevista semi-estruturada junto à direção e servidores responsável pela política de mobilidade da UFRN, auxiliando na preservação de características abrangentes e de importância para retratar os eventos em foco. O local da pesquisa de campo foi a sede da SRI, localizada dentro das instalações do Campus Universitário da UFRN, no bairro de Lagoa Nova, cidade de Natal – RN.

As entrevistas foram realizadas com o secretário de Relações Internacionais da SRI e com os servidores responsáveis pelos setores de: mobilidade acadêmica nacional; mobilidade acadêmica internacional; e de acordos de cooperação, entre os dias 15 e 16 de fevereiro de 2017, conforme descrito na Tabela 1.

Tabela 1. Relação de entrevistados na pesquisa

<i>Entrevistado</i>	<i>Função</i>	<i>Data da entrevista</i>	<i>Duração aproximada da entrevista</i>
Entrevistado 1	Professor secretário de Relações Internacionais da SRI	15/02/2017	1 hora e 30 minutos
Entrevistado 2	Servidor responsável pelo setor de mobilidade acadêmica nacional	16/02/2017	1 hora
Entrevistado 3	Servidora responsável pelo setor de mobilidade acadêmica internacional	16/02/2017	1 hora
Entrevistado 4	Servidora responsável pelo setor de acordos de cooperação	16/02/2017	1 hora

Fonte: dados da pesquisa

As perguntas foram elaboradas com o objetivo de identificar, dentre outros, os seguintes aspectos: o contexto de surgimento das ações de mobilidade acadêmica na UFRN; o

histórico da criação da Secretaria de Relações Internacionais e Interinstitucionais, bem como sua atuação no apoio à mobilidade acadêmica; quantitativo de beneficiários, números de acordos, quantidade de organizações envolvidas; como é elaborado o processo de escolha das instituições que mantêm vínculos de mobilidade e quais dados são analisados nessa escolha; bem como os principais desafios e perspectivas da área.

5. ANÁLISE DOS RESULTADOS

5.1 A Secretaria de Relações Internacionais e Interinstitucionais da UFRN e sua atuação no processo de mobilidade e internacionalização do ensino.

Para que houvesse alinhamento entre os objetivos do Governo Federal, principalmente na Gestão de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2015), na área de educação universitária, as instituições de ensino superior públicas, realizaram várias alterações administrativas de reestruturação e/ou criação de departamentos e cargos que fossem capaz de atender a nova demanda (MOROSINI, 2006). Algumas, a exemplo da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (que já possuía fortes aspectos de internacionalização do ensino em sua história), foram “modelos” de nomenclatura e estrutura para outras.

Na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, havia uma Assessoria para tratar de tais assuntos, sendo chamada de AAI – Assessoria de Assuntos Internacionais, que possuía basicamente a função de prestar apoio, repassando os conhecimentos necessários para que outros atores de dentro da organização pudessem tomar decisões e gerenciar o processo.

Porém, em consonância com os investimentos e o estímulo à internacionalização do ensino, tal Assessoria foi transformada no ano de 2010, na gestão do então professor Ivonildo Rego, na SRI – Secretaria de Relações Internacionais e Interinstitucionais da UFRN, passando a ser o órgão da administração central encarregado do fomento, articulação e administração da cooperação da universidade com instituições estrangeiras.

Sua atuação a partir desse momento objetiva a divulgação da imagem da UFRN no exterior e a prática das relações acadêmicas e científicas internacionais, tendo como principais funções: a promoção do intercâmbio na graduação; a orientação a estudantes sobre intercâmbios; a divulgação de notícias relativas a oportunidades de estudo no exterior; o fornecimento de informações e auxílio para trâmites burocráticos, logísticos e acadêmicos a alunos estrangeiros; a promoção de encontros de estudantes internacionais; a orientação a professores sobre a criação de parcerias e oportunidades; o fomento à criação de Acordos de Cooperação; a recepção de estudantes estrangeiros; e a representação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte diante de instituições internacionais.

A SRI possui atualmente uma estrutura funcional composta por 6 (seis) servidores técnico-administrativos e 2 (dois) docentes (um destes ocupando o cargo de secretário de Relações Internacionais e o outro de Secretário Adjunto de Relações Internacionais), ambos tendo a função executiva de representar a Instituição.

Os técnico-administrativos são responsáveis pelas atividades administrativas da Secretaria, pela coordenação de programas de intercâmbio e tradução/apoio linguístico, contando com o suporte de 11 (onze) bolsistas que auxiliam na execução das atividades. A Figura 1 evidencia a estruturação da SRI.

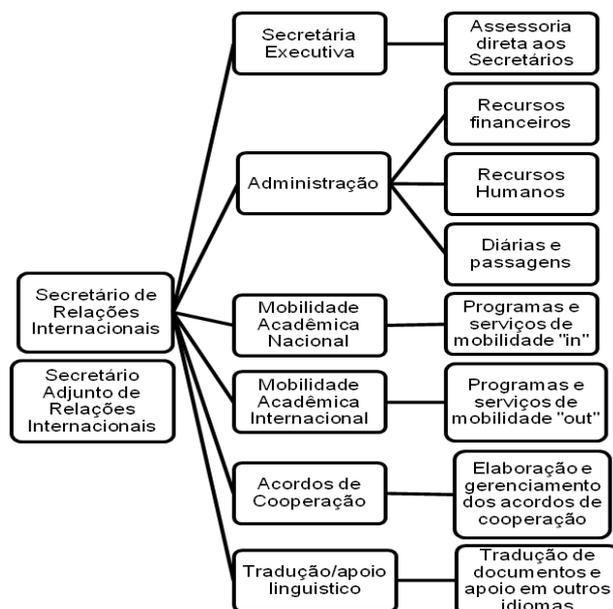


Figura 1. Estruturação da Secretaria de Relações Internacionais da UFRN.

Fonte: dados da pesquisa.

Verificou-se a partir dos dados coletados na pesquisa que não havia uma estruturação disposta graficamente para o ambiente interno da Secretaria de Relações Internacionais, o que havia até aquele momento era uma menção da SRI no organograma da Reitoria. Agora, de posse da representação gráfica, verificam-se que subordinados ao Secretário e Secretário Adjunto de Relações Internacionais estão os responsáveis pela Secretaria Executiva (presta assessoria direta aos secretários); Administração (executa atividades relacionadas aos recursos financeiros e humanos, realizando ainda processos de diárias e passagens); Mobilidade Acadêmica Nacional (gerencia programas e serviços e mobilidade “in” – estudantes que chegam do exterior ou de outras IES nacionais à UFRN); Mobilidade Acadêmica Internacional (responsável pelo acompanhamento de ações e projetos de mobilidade “out” – estudantes que partem da UFRN para estudar em outros países); têm-se ainda o setor de Acordos de Cooperação (que efetua a gestão dos acordos ativos e atividades correlacionadas) e por fim Tradução/apoio linguístico (prestando suporte na execução das etapas que requerem habilidade em outro idioma).

A disposição da Secretaria está relacionada no organograma da Reitoria da UFRN. A partir das transações iniciais dispostas no documento, nos organizamos internamente, visando atingir as metas estabelecidas – Entrevistado 1.

Atualmente a SRI desenvolve suas atividades em espaço próprio recém-reformado localizado no prédio da reitoria da UFRN. O espaço físico abriga todos os setores relacionados no na Figura 1, tendo ainda salas de reuniões e planejamento, banheiro e copa. O prédio que é de fácil acesso a estudantes e demais usuários tem seu horário de atendimento disposto das 08h00min às 17h00min, de segunda a sexta-feira, disponibilizando ainda de e-mail’s e telefones para contato. Em relação a canais digitais, tem como forma de comunicação uma página no *Twitter*, que informa as principais atividades da Assessoria e repassa os meios de comunicação e localização.

Um dos instrumentos responsáveis pelo fortalecimento da SRI é o “PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional 2010-2019 da UFRN”, documento onde é definida a missão da IES e as estratégias para atingir suas metas e objetivos. Nele, de forma precursora, foi apontado e oficializado as diretrizes oficiais a serem seguidas na UFRN no campo da internacionalização, tornando-se a formalização necessária para execução das novas práticas gerenciais, pautadas na coerência e na articulação entre as diversas ações, na manutenção de padrões de qualidade e no orçamento.

A nível nacional, gestores das IES públicas e até mesmo das privadas perceberam que problemas sociais locais também fazem parte do contexto de outros países, nessa perspectiva, a internacionalização auxilia no diálogo com grandes universidades do mundo, compartilhando informações que solucionem ou amenizem os problemas-comuns a ambas – Entrevistado 2.

No PDI em questão foi criado um eixo programático, com 31 (trinta e uma) estratégias de execução para o objetivo pretendido, dessas, 4 (quatro) possuem relação direta com à política de internacionalização, que são assim definidas: atuação junto às coordenações de curso no sentido de promover a revisão, a flexibilização curricular e a formação resultante da mobilidade nacional e internacional; consolidação da política de apoio à produção acadêmica e científica da UFRN, com editoração e publicação de livros, publicação em periódicos, nacionais e internacionais; ampliação da política de apoio aos grupos de pesquisa, visando à interiorização e internacionalização e a expansão da cooperação nacional e internacional entre Universidades, valorizando países em desenvolvimento.

Questionou-se a alguns entrevistados os principais desafios da internacionalização do ensino e consequentemente da mobilidade acadêmica na universidade.

No campo administrativo não temos grandes problemas se relacionados à gestão e operacionalização da política. Temos apoio da Reitoria (que entende a importância da internacionalização do ensino), bem como contamos com uma sede que atende as necessidades físicas e servidores devidamente capacitados e com expertise necessária no assunto – Entrevistado 1.

Na perspectiva dos desafios e em concordância com Morosini (2006) não há como afirmar que os aqui encontrado são a realidade de outras IES – é um indicativo, mas não uma certeza, tais desafios estão mais relacionados à realidade local das IES do que a um todo de escopo maior, se comparado à nível nacional.

Um dos grandes desafios da internacionalização do ensino e da mobilidade acadêmica na UFRN é a questão do idioma, pois muitos dos nossos alunos têm conhecimento científico, currículo acadêmico e se enquadram no perfil de participantes das ações, porém não dominam outras línguas – Entrevistado 3.

Segundo Miura (2006) falar outros idiomas, além dos notórios benefícios profissionais e da vantagem competitiva que representa, é ponto de partida para aqueles que almejam ingressar em algum programa de mobilidade estudantil, tendo em vista que a interação com outras culturas, as relações interpessoais que serão formadas e a leitura de obras em língua estrangeira são situações que o aluno intercambista vivenciará em sua realidade.

Não se trata do aluno ter pleno domínio da língua inglesa, espanhola ou outra qualquer, mas o ideal é que ele consiga ter uma base linguística que o apoie no exterior, até porque alguns dos processos seletivos que selecionam estudantes para mobilidade requerem exames de proficiência – Entrevistado 1.

No apoio à resolução dessa questão, a UFRN criou o Instituto de Línguas, Literaturas e Culturas Modernas – INSTITUTO ÁGORA, que objetiva apoiar a internacionalização da UFRN, aperfeiçoando os conhecimentos de línguas e culturas estrangeiras dos seus alunos, docentes e pessoal técnico administrativo, oferecendo o ensino de língua portuguesa e cultura brasileira aos alunos estrangeiros da comunidade interna e externa.

5.2 Ações de mobilidade executadas na Universidade Federal do Rio Grande do Norte e suas principais configurações.

Na estrutura organizacional da Secretaria de Relações Internacionais e Interinstitucionais da UFRN há dois setores que possuem papel de destaque no gerenciamento das ações de mobilidade, são eles: o setor de mobilidade acadêmica internacional, também conhecido como “mobilidade *out*”, responsável pelos processos referentes ao envio de alunos da UFRN para cursar períodos letivos em instituições de ensino fora do Brasil e o setor de mobilidade acadêmica nacional (mobilidade “*in*”) que atua no suporte ao recebimento de

alunos do exterior que irão estudar na UFRN, bem como aqueles que irão sair da Universidade para cursar disciplinas em outras instituições do país, através de editais de mobilidade nacionais.

5.2.1 Ações de mobilidade acadêmica internacional (mobilidade “out”).

No que se refere às ações de mobilidade “out”, antes de evidenciar as informações e estatísticas inerentes às práticas, propõem-se relatar o fluxo de participação em programas de intercâmbio, ou seja, os métodos e processos que o aluno deve seguir para ter seu pedido de mobilidade deferido e devidamente registrado no seu histórico acadêmico.

Em termos de normatização, segundo o Regulamento dos Cursos de Graduação da UFRN de 03 de dezembro de 2009, precisamente no seu artigo 279 é “*permitido ao aluno de graduação da UFRN cursar componentes curriculares isolados de graduação em outra instituição de ensino superior, legalmente reconhecida, fora da área de atuação da UFRN*”. (UFRN, 2009).

Ao se estruturar o processo comentado no parágrafo anterior sob forma textual, teremos um roteiro de 6 (itens) a serem seguidos, conforme relatado abaixo:

Primeiramente, o estudante precisa buscar informações com professores, amigos ou internet sobre o intercâmbio que deseja cursar, entendendo as características culturais do país de seu interesse.

Posteriormente, o interessado acessa o site da SRI (www.sri.ufrn.br), clica no link “Acordos” e verifica se alguma das instituições de seu interesse possui acordo com a UFRN em sua área de formação.

Em geral um Acordo de Cooperação permite ao estudante não pagar taxas escolares na instituição estrangeira, inclusive algumas privadas; receber um visto de estudante no passaporte, que lhe permite a matrícula na instituição estrangeira e a permanência no exterior pelo período necessário; e aproveitar, após o seu retorno à UFRN, os créditos obtidos.

Após a definição da instituição de ensino a qual o aluno estará vinculado, é necessário que ele identifique informações sobre o curso desejado, tais como: as disciplinas, os créditos, o coordenador, os procedimentos específicos de admissão, o sistema de avaliação e os documentos e ou formulários exigidos para a seleção de candidatos à mobilidade.

O quarto passo é onde efetivamente se inicia a oficialização da mobilidade acadêmica: o estudante se dirige à coordenação do seu curso e solicita a abertura de um processo de mobilidade acadêmica internacional, que deve ser direcionado à Secretaria de Relações Internacionais. Nesse processo, devem constar alguns documentos que são necessários para a correta análise da demanda, são eles: formulário de mobilidade preenchido com assinatura do coordenador; carta do interessado detalhando a escolha da IES a qual deseja estudar; memorando de encaminhamento do coordenador do curso; documento de quitação com o sistema da biblioteca da UFRN e outros documentos ou formulários exigidos pela IES parceira.

Também deve ser anexado um plano de estudos elaborado pelo aluno, documento esse que deve conter as estratégias de preparação acadêmica no exterior, sendo possível alterá-lo em caso de necessidade durante o período que antecede a mobilidade – Entrevistado 3.

Na penúltima etapa do processo, cabe a Secretaria de Relações Internacionais e Interinstitucionais receber o processo e incluir a cópia do acordo de cooperação, efetuando também uma verificação se o processo originado da coordenação está em conformidade com as diretrizes necessárias.

Questionou-se a um dos entrevistados se a instituição de ensino parceira costuma retornar à UFRN solicitando alguma alteração ou inclusão de dados para poder validar a ida do aluno. Sobre isso, o entrevistado 1 comenta:

Uns dos principais pedidos de alteração solicitados pela Universidade do exterior estão relacionados a alterações no plano de trabalho dos alunos, tendo em vista que cada instituição tem sua própria política educacional, então cabe ao discente – sempre em parceria com seu coordenador – formular um plano que atenda os objetivos propostos. Entrevistado 1.

Por fim, caso a IES aceite receber o aluno em mobilidade, ela envia à Carta de Aceitação a UFRN. Tal documento é o instrumento fundamenta para o ingresso do aluno aceito na instituição estrangeira e também é o responsável pelo andamento de outros processos da viagem, como o visto. Em paralelo, a SRI providencia a Carta de Apresentação do aluno a ser entregue por este aos responsáveis da instituição que o receberá.

Entendido o fluxo do processo para solicitação de mobilidade acadêmica na UFRN, propõem-se a partir desse momento evidenciar um conjunto de dados que mostrem esse cenário. Para tanto, toma-se como base, relatórios e planilhas obtidos durante a pesquisa de campo. Em relação ao período pesquisado, optou-se entre os anos de 2014 a 2016, por serem estes os dados mais recentes disponibilizados.

No primeiro momento, as Tabelas 2 e 3 refletem os números dos estudantes beneficiados por ações de mobilidade acadêmica “out” em 2 (dois) grandes centros de ensino da UFRN, sendo eles: Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) e o Centro de Tecnologias (CT).

Tabela 2. Quantidade de alunos em mobilidade acadêmica “out” no CCSA nos anos de 2014 a 2016.

CCSA	2014	2015	2016	TOTAL
Administração	03	05	01	09
Administração Pública	00	00	00	00
Ciência da informação/Biblioteconomia	00	00	00	00
Ciências Contábeis	00	02	00	02
Ciências Econômicas	00	00	00	00
Direito	06	03	02	11
Serviço Social	00	00	00	00
Turismo	01	01	00	02
Total do CCSA	10	11	03	24

Fonte: Secretaria de Relações Internacionais UFRN (2017).

Percebe-se em um primeiro momento que do total de 8 (oito) cursos existentes no Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 50% deles (Administração Pública, Biblioteconomia, Ciências Econômicas e Serviço Social) não enviaram nenhum discente ao exterior entre os anos da pesquisa, enquanto que os cursos de Direito e Administração foram responsáveis por enviar a maior parte dos alunos – 11 (onze) e 09 (nove) respectivamente; seguido por Ciências Contábeis e Turismo, que possuem a marca de 2 (dois) alunos cada.

Questionado sobre alguns dos fatores que podem levar a taxa zero no quesito mobilidade acadêmica nos cursos descritos anteriormente, o entrevistado 1 menciona que a iniciativa de procurar fazer um intercâmbio é tomada pelo aluno, cabendo a SRI auxiliá-lo nos trâmites burocráticos necessários ao processo, ou seja, a partir desses dados é possível notar que no triênio da pesquisa nenhum aluno destes cursos procurou informações na Secretaria sobre mobilidade acadêmica.

Existem vários cursos na UFRN, não seria administrativamente interessante que a SRI fosse buscar individualmente cada aluno interessado em ações de mobilidade, por isso, quando o discente traz a demanda até nós, o auxiliamos da melhor forma possível – Entrevistado 3.

Nota-se ainda que os anos de 2014 e 2015 são os responsáveis por enviar a grande maioria dos alunos (87,5% do total), enquanto em 2016 esse percentual chega a apenas 12,5%. Corroborando tais informações com Quadros (2015) e com a situação socioeconômica do país nos últimos dois anos, nota-se que 2016 destaca-se pela instabilidade política e forte

redução de despesas por parte do Estado – logo, também houve redução significativa na oferta e na procura de programas de mobilidade.

Torna-se válido lembrar também que os cursos do CCSA são aqueles que formam a chamada área de “Humanas” e tais graduações não foram contempladas em projetos federais de mobilidade, como o Ciências sem Fronteiras – um dos mais expressivos Programas de apoio à internacionalização já desenvolvido, o que justifica também os baixos números de estudantes em mobilidade no Centro.

A Tabela 3, por sua vez, evidencia a quantidade de discentes enviados para mobilidade acadêmica entre os anos de 2014 a 2016 no Centro de Tecnologias (CT) da UFRN.

Tabela 3. Quantidade de alunos em mobilidade acadêmica “out” no CT nos anos de 2014 a 2016.

<i>CT</i>	<i>2014</i>	<i>2015</i>	<i>2016</i>	<i>TOTAL</i>
Arquitetura e Urbanismo	51	19	05	75
Ciência da Computação	08	04	00	12
Engenharia Ambiental	05	01	00	06
Engenharia Biomédica	06	03	00	09
Engenharia Civil	82	36	03	121
Engenharia de Alimentos	03	04	02	09
Engenharia da Computação	11	00	00	11
Engenharia de Materiais	04	04	02	10
Engenharia da Computação e Automoção	01	00	00	01
Engenharia de Petróleo	16	03	00	19
Engenharia de Produção	52	24	01	77
Engenharia de Software	06	02	00	08
Engenharia de Telecomunicações	01	00	00	01
Engenharia Elétrica	41	21	04	66
Engenharia Florestal	02	01	00	03
Engenharia Mecânica	26	04	01	31
Engenharia Mecatrônica	05	00	00	05
Engenharia Química	57	28	06	91
Engenharia Têxtil	03	00	00	02
Engenharia de Redes de Comunicação	01	01	00	02
Sistemas de Informação	01	00	00	01
Tecnologia da Informação	07	10	00	17
Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas	00	00	00	00
Bacharelado em Tecnologia da Informação	01	00	00	01
TOTAL DO CT	390	165	24	579

Fonte: Secretaria de Relações Internacionais UFRN (2017).

O Centro de Tecnologias da UFRN se destaca como um dos que concentram a maior quantidade de cursos de graduação, que conforme demonstrado na tabela 5 totalizam 24 (vinte e quatro), subdivididos nos cursos de: Arquitetura e Urbanismo; Ciências da Computação; dezoito modalidades diferentes de engenharias; Sistemas de Informação; Tecnologia da Informação; Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas e Bacharelado em Tecnologia da Informação, salientando-se que o antepenúltimo e o penúltimo curso mencionados são tecnólogos.

Em uma primeira análise, é notável a alta quantidade de estudantes envolvidos em ações de mobilidade acadêmica, se comparado aos centros de ensino vistos anteriormente. Prova disso, é que no quadriênio pesquisado foi disponibilizado 581 (quinhentos e oitenta e uma vagas), número aproximadamente 25 (vinte e cinco) vezes maior do que as ofertadas para o CCSA e 11 (onze) vezes superior se comparado ao CCHLA.

Ganha destaque o ano de 2014, que sozinho foi responsável pelo envio de aproximadamente 67% do total de alunos no período pesquisado, o que equivale a 390 (trezentos e noventa) discentes. Em 2015, esse montante corresponde a 165 (cento e sessenta

e cinco) alunos ou cerca de 28% do total. No ano subsequente, há uma notória redução nesse número, passando a ser de 24 (vinte e quatro) alunos, ou pouco mais de 4% da amostra.

Procura-se entender nessa etapa as respostas que subsidiem os seguintes pontos: o porquê do Centro de Tecnologias ter um número de alunos em mobilidade tão maior se comparado aos outros centros estudados e também fatores que justifiquem a redução desse número ao longo dos anos.

Para a primeira pergunta, o entrevistado 1 revela: *O CT é responsável por abrigar os cursos de engenharias e as áreas correlacionadas e justamente esses setores são os tidos como áreas prioritárias por grandes projetos de mobilidade internacional já aplicados pelo Governo Federal.*

Seria o Ciências sem Fronteiras então o responsável por esses números? – questionou-se.

Isso mesmo, ele é o personagem principal desse cenário, o próprio projeto já previa que a maior parte das bolsas disponibilizadas seriam aplicadas aos seguimentos que o Brasil tem déficit de profissional, que naquela época, era justamente a formação de engenheiros e demais carreiras relacionadas – Entrevistado 1.

Coforme definição contida no site do Ministério da Educação e Cultura (Brasil, 2017) o Ciências sem Fronteiras prevê a utilização de até 101 mil bolsas em quatro anos para promover intercâmbio, de forma que alunos de graduação e pós-graduação façam estágio no exterior com a finalidade de manter contato com sistemas educacionais competitivos em relação à tecnologia e inovação, dentro de algumas áreas consideradas prioritárias.

Em relação à segunda pergunta, onde se questionou o porquê da redução do número de vagas ofertadas, além da diminuição no orçamento destinado às ações de mobilidade, outro fato que impactou negativamente na distribuição de vagas foi o término do Programa Ciências sem Fronteiras para graduação.

Oficialmente, o envio de estudantes de graduação para o exterior ocorreu com maior expressividade em 2014 (ano em que começou o Programa), teve algumas vagas disponibilizadas em 2015 e chegou praticamente à nulidade de bolsas em 2016. Agora, em 2017 o Programa está oficialmente cancelado para estudantes de nível superior, sendo destinado apenas para os alunos de pós-graduação – Entrevistado 3.

No que tange a números, nota-se que do total de alunos no exterior no período (quinhentos e oitenta e um), aproximadamente 20% correspondem ao curso de Engenharia Civil, tendo, dessa forma, o título de graduação com maior número de beneficiários. Engenharia química enviou 91 (noventa e um) alunos, seguidos por Engenharia de Produção (77) e Arquitetura e Urbanismo (75).

Juntos, as graduações acima respondem por aproximadamente 62% do total de alunos em mobilidade acadêmica no período de 2014 a 2016 no Centro de Tecnologia da UFRN. Outro ponto de destaque na pesquisa é que apenas um curso não possui alunos enviados, que é o de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, cenário que se diferencia dos demais centros de ensino, onde há casos em que metade dos cursos não teve representantes no exterior.

5.2.2 Ações de mobilidade acadêmica nacional (mobilidade “in”).

Em outra vertente da mobilidade acadêmica na UFRN estão as ações de mobilidade nacionais, as chamadas mobilidade “in”, que foram criadas para permitir aos alunos de graduação das Instituições Federais de Ensino Superior brasileiras realizar intercâmbio entre elas. Para participar, o aluno precisa ter integralizado todas as disciplinas previstas para o primeiro ano (ou 1º e 2º semestres letivos) do curso na Instituição de origem, e possuir no máximo uma (01) reprovação por período letivo.

No que se refere à seleção de estudantes estrangeiros para estudar no Brasil, conforme obtido nas entrevistas e documentos oficiais, entende-se que processo ocorre em dois casos específicos: o primeiro caracteriza-se pela existência de uma parceria entre a UFRN e a Universidade onde se origina o pedido; e a segunda, quando existe também a necessidade de se criar uma parceria entre a Universidade solicitante e a UFRN.

A partir desse momento serão analisados alguns dados referentes ao total de alunos vindos de outras instituições de ensino do país para cursar disciplinas na UFRN, no período que vai do ano de 2014 a 2016.

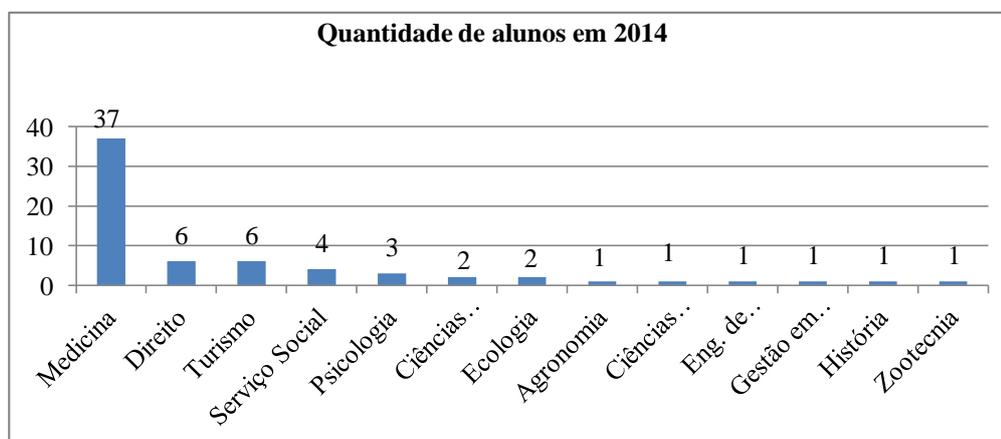


Figura 2. Quantidade de alunos em mobilidade nacional, oriundos de outras IES brasileira para a UFRN no ano de 2014.

Fonte: dados da pesquisa.

Pela Figura 2, verifica-se que no ano de 2014 foi recebido pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte um total de 66 (sessenta e seis) discentes das mais distintas IES públicas do Brasil. Nesse cenário ganha destaque o curso de Medicina, responsável por um total de 37 (trinta e sete) alunos recepcionados. Se compararmos tal índice com o obtido pela total da segunda graduação que mais pontuou (Direito e Turismo, ambos com 6 alunos), temos uma diferença de aproximadamente 17% no total de primeira se comparado com esta.

Em termos percentuais, Medicina representa 56% do total de alunos em mobilidade nacional da Universidade à época, enquanto que a soma de todas as outras 12 (doze) graduações que enviaram alunos corresponde a 44% da amostra.

Para tentarmos entender melhor o porquê dessa expressiva diferença, questionamos a um dos entrevistados, que nos respondeu:

Essa realidade de Medicina não é uma característica exclusiva da UFRN. A própria grade curricular do curso facilita esse intercâmbio, tendo em vista que o aluno pode realizar disciplinas tidas por ele como mais importantes em outros polos de ensino pelo país. É algo até mesmo estimulado no curso. Se ele quer se aprofundar ainda na graduação em disciplinas sobre cirurgia ortopédica, por exemplo, ele pode cursar as disciplinas equivalentes em IES que são referencia na área – entrevistado 2.

Em ordem de número de beneficiários, os cursos que mantinham alunos na UFRN, retirando-se os três mais expressivos, são: Serviço Social (4); Psicologia (3); Ciências Contábeis (2); Ecologia (2); Agronomia (1); Ciências Biológicas (1); Engenharia de produção (1); Gestão em Sistemas de Saúde (1); História (1) e Zootecnia (1).

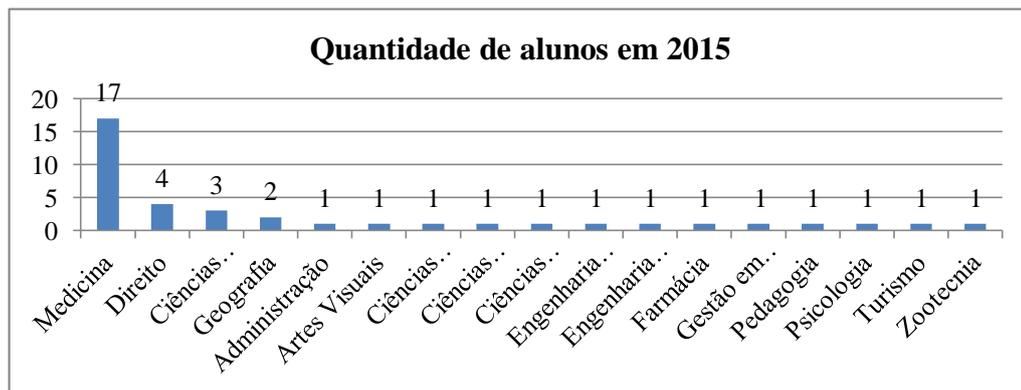


Figura 3. Quantidade de alunos em mobilidade nacional, oriundos de outras IES brasileiras para a UFRN no ano de 2015.

Fonte: dados da pesquisa.

Na Figura 3, têm-se uma redução de aproximadamente 60% no número de discentes em mobilidade acadêmica nacional na UFRN, que passa dos 66 (sessenta e seis) alunos em 2014 para 39 (trinta e nove) em 2015. Mesmo diante dessa redução, o curso de Medicina se destaca dos demais por ter mais de 43% do total de estudantes (equivalendo a 17 pessoas da amostra); seguido pelo curso de Direito, com 4 (quatro) representantes. Esses mesmos cursos obtiveram as colocações de primeiro e segundo lugar respectivamente no ano anterior, porém com números mais expressivos.

Alguns cursos que não enviaram alunos para intercâmbio em 2014 apontaram na pesquisa em 2015, sendo eles o de Administração (1); Artes Visuais (1); Ciências Econômicas (1); Ciências Sociais (1); Ciências Socioambientais (1); Engenharia Civil (1); Farmácia (1); Geografia (1) e Pedagogia (1).

Sobre a inserção de novos cursos vinculados ao perfil dos discentes que na UFRN estudaram neste ano, o entrevistado 2 comenta: *mesmo com uma quantidade relativamente pequena em termos de número de alunos, sabemos que foi uma importante quebra de paradigmas o envio de alunos de humanas, por exemplo, para o projeto, tendo em vista que se tinha na mente que apenas os de Engenharia ou área médica eram beneficiários de tais ações.*

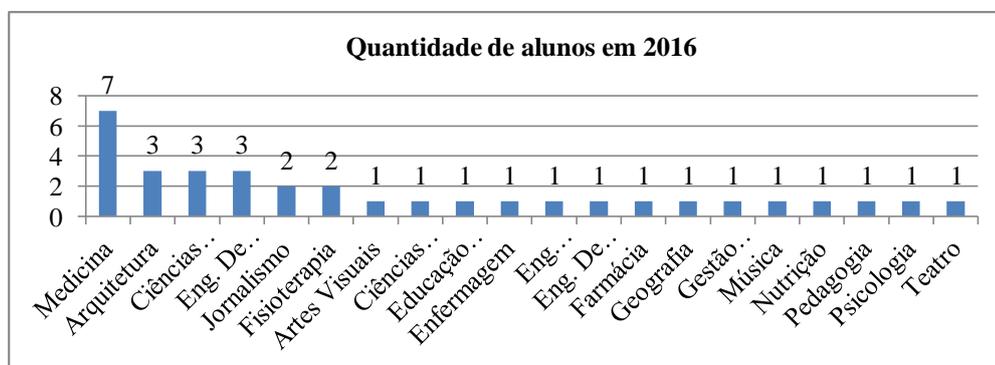


Figura 4. Quantidade de alunos em mobilidade nacional, oriundos de outras IES brasileiras para a UFRN no ano de 2016.

O ano de 2016 apresenta o mais baixo índice se comparado aos anteriores. O número de estudantes de outras IES brasileiras na UFRN passa a ser de 34 (trinta e quatro alunos), frente 66 (sessenta e seis) do primeiro ano da pesquisa e 39 (trinta e nove) obtido em 2015. Em termos percentuais, observa-se uma redução de 49% no número de estudantes, se comparado o ano de 2016 a 2014, ou ainda 12% de 2016 a 2015.

Diante de tal realidade, procurou-se o principal fator que influenciou tais resultados, como resposta obteve-se:

Pode até parecer um pouco clichê, mas a justificativa para essa redução no número de alunos em mobilidade está relacionada ao processo de contenção de despesas vivido pelo país, que se intensificou em 2016. Com a redução dos investimentos destinados à educação superior, houve por consequência, a redução no número de vagas em programas e projetos de intercâmbio nacionais patrocinados pelo Governo – entrevistado 2.

Mesmo reduzindo significativamente o número de representantes, Medicina ainda ocupa a primeira colocação em número de alunos em mobilidade, totalizando 7 (sete) pessoas. Direito que ocupava a segunda posição nas pesquisas anteriores não teve alunos em 2016, sendo substituído pelos cursos de Arquitetura, Ciências Biológicas e Engenharia de Produção, cada um com 3 (três) discentes envolvidos. Acompanham a lista os cursos de Jornalismo (2); Fisioterapia (2); Artes Visuais (1); Ciências Sociais (1); Educação Física (1); Enfermagem (1); Engenharia Ambiental (1); Engenharia de Materiais (1); Farmácia (1); Geografia (1); Gestão de Políticas Sociais (1); Música (1); Nutrição (1); Pedagogia (1); Psicologia (1) e Teatro (1).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nota-se que o gerenciamento da política de internacionalização do ensino na UFRN vem sendo concebida em um processo no qual se integra a dimensão internacional e a intercultural, de natureza totalizante e estruturada, com projetos a médio, curto e longo prazo.

É Internacional e intercultural uma vez que as ações de mobilidade acadêmica são a principal estratégia de operacionalização da política; e é estruturada na medida em que sua execução está imersa em um sistema com diretrizes bem especificadas, que por sua vez originam-se de Programas Federais ou projetos patrocinados por empresas privadas.

Percebe-se ainda que a inserção da internacionalização como meta no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFRN demonstra o seu comprometimento com esse processo, sendo, portanto, um projeto construído de forma coletiva, com objetivos e propósitos voltados a formar profissionais que sejam referência nas áreas de pesquisa e necessidades do mercado mundial moderno.

Em relação à execução das atividades, verifica-se que a Superintendência de Relações Internacionais e Interinstitucionais (SRI) adota uma postura congruente e alinhada à estratégia adotada pela Administração Central. Tanto na operacionalização dos projetos executados a nível Federal (como o Ciências sem Fronteiras), tanto na articulação com entes públicos e privados para novos projetos (a exemplo os programas de mobilidade do Banco Santander) e no apoio às ações de formação de língua estrangeira (cursos de idiomas oferecidos pelo Instituto Ágora).

Para os beneficiados pelas ações de mobilidade, a internacionalização tem construído novas configurações para o ensino, tendo em vista se considerarmos os ganhos para os participantes, que ampliam seu escopo de atuação profissional, desenvolvem redes de relacionamento e aprendem hábitos e costumes de uma cultura diferente da brasileira.

Observam-se ainda algumas características inerentes ao processo de internacionalização do ensino presente na UFRN, destacando-se: atuação voltada à formalização de Acordos Gerais de Cooperação com países de distintas regiões do mundo, facilitando a realização de intercâmbio entre os alunos (tendo em vista que a formalização do Acordo é requisito essencial para que haja a mobilidade); existência de uma forte atuação a fim de sanar o déficit linguístico dos alunos, com estímulo a oferta de vagas gratuitas e pagas em cursos de idiomas da própria universidade; foco na comunicação com instituições de ensino que sejam reconhecidas como polos de excelência em pesquisa e ensino nas suas respectivas áreas de

atuação; além da constante observação dos fatores econômicos, políticos e sociais que influenciam o gerenciamento das políticas públicas em nosso país.

No que tange aos números da mobilidade acadêmica na UFRN, verifica-se que ao longo dos últimos 3 (três) anos houve diminuição no quantitativo de beneficiados pelas ações de intercâmbio, devido à redução de investimentos e contenção de despesas impostas pelo Governo Federal, que é o principal ente financiador da área. Tal situação também impacta negativamente na formação da base de um projeto de internacionalização, que é a pesquisa: uma vez que o compartilhamento de informações entre os países membros é reduzido, por consequência também é diminuído o ritmo de modernização e competitividade da educação superior pública brasileira, pois não há – ainda que substancialmente – a aplicação de melhores práticas estrangeiras em território nacional.

Recomenda-se em estudos futuros a realização de uma pesquisa com discentes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte que foram beneficiados por ações de intercâmbio, a fim de verificar sob esta ótica a percepção dos resultados da internacionalização em suas vidas, sejam no aspecto profissional e também pessoal.

Além disso, tal estudo propõe nortear as atividades operacionais e acadêmicas de instituições de ensino que se encontram em fases iniciais na busca pela internacionalização do ensino, para que as mesmas possam entender o cenário encontrado na UFRN e aplicá-lo (até mesmo em um processo melhorado) na realidade da sua instituição.

REFERÊNCIAS

- ALTBACH, P. G. KNIGHT, Jane. *The internationalization of higher education: Motivations and Realities*. Journal of Students in International Education. Sage Publications, v.11, 2007, p.290-305.
- BABBIE, Earl. *Survey Research Methods*. California: Wadsworth, 2001
- BECKER, H. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1994.
- BERNHEIM, Carlos Tünnermann; CHAUI, Marilena de Souza. **Desafios da universidade na sociedade do conhecimento: cinco anos depois da conferência mundial sobre educação superior**. Brasília: UNESCO, 2008. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001344/134422por.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2017.
- CASTRO, A., NETO, A. **O ensino superior: a mobilidade estudantil como estratégia de internacionalização na América Latina**. Revista Lusófona de Educação, América do Norte, 21, oct. 2012. Disponível em: <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/3082>>. Acesso em: 16 abr. 2017.
- CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. *et al.* **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, Vozes, 2008.
- CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE O ENSINO SUPERIOR. Paris. **Tendências de Educação Superior para o Século XXI**. Paris: UNESCO/CRUB, 1998.
- GACEL-ÁVILA, Jocelyne. *La internacionalización de la educación superior. Paradigma para la ciudadanía global*. Guadalajara: CUCSH-UdeG, 2003.
- GAUTHIER, B. (org.) *Recherchesociale – de laproblematique à lacollectedesdonnées*. Québec: Presses d L Université du Québec, 1994.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- KLEIN, Samantha. **Foco na internacionalização**. Jornal da Universidade, Porto Alegre, p.9, setembro 2012.
- LIMA, Manolita Correia; CONTEL, Fábio Betioli. **Períodos e Motivações da Internacionalização da Educação Superior Brasileira**. Quinto Colóquio da IFBAE,

- Genebra, maio 2009. Disponível em: < <http://www.ifbae.com.br/congresso5/pdf/B0095.pdf>>. Acesso em: 05 abr.2017
- MARTINS, Gilberto A. **Estudo de caso: uma estratégia de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2006.
- MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: BoiTempo, 2005.
- MOROSINI, M. C. **Internacionalização na produção de conhecimento em IES brasileiras: cooperação internacional tradicional e cooperação internacional horizontal**.2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/edur/v27n1/v27n1a05.pdf>> Acesso em: 21.mai.2017
- MOROSINI, Marília Costa. O estado do conhecimento sobre internacionalização da educação superior – conceitos e práticas. Dossiê: política de educação superior no Brasil no contexto da reforma universitária. Educar em Revista n.28. Editora Curitiba
- MUELLER, Cristiana Verônica. **O processo de internacionalização do ensino superior: um estudo de caso da Universidade Federal do Rio Grande do Sul**. 2013. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.
- OLIVEIRA, Carlos Eduardo de; COSTA, Madson Emanuel Macedo. **Análise do Comportamento dos Indicadores Sociais de uma Instituição Financeira Brasileira após a Crise Financeira Internacional**. Revista Brasileira de Gestão e Engenharia – ISSN 2237-1664 Centro de Ensino Superior de São Gotardo Número XIII Jan-jun 2016 Trabalho 07 Páginas 121-142 Disponível em: <http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/gestaoeengenhariaperiodicoscesg@gmail.com>. Acesso em 10.jun.17.
- Peixoto, M. do C. L. **Educação como bem público, internacionalização e as perspectivas para a educação superior brasileira**. In Oliveira, J. F. de, Catani, A. M. & Silva Júnior, J. dos R. (Org.), Educação superior no Brasil: tempos de internacionalização. (pp 29-36). São Paulo: Xamã, 2010.
- QUADROS, W. **Paralisia econômica, retrocesso social e eleições**. Textos para Discussão Campinas, 2015.
- ROCHA, Silvia Maria (Org.). **As Relações Internacionais na UFRGS**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004.
- SANTANDER. **A educação é o melhor investimento para o futuro**. Disponível em: <https://www.santanderuniversidades.com.br/institucional/Paginas/plano-de-apoio-a-educacao-superior.aspx>. Acesso em 05.jun.2017.
- SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização do pensamento único à consciência universal**. 13ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.
- SCHWARTZMAN, Simon.; CHRISTOPHE, Micheline. **A sociedade do conhecimento e a educação tecnológica**. Brasília: Departamento Nacional, Série de Estudos Educacionais, n.2, 2005.
- SEBASTIÁN, Jesus. **Cooperación e internacionalización de las universidades**. 1 ed. Buenos Aires: Biblos, 2004.
- SOARES, M. S. (Org.) **A Educação Superior no Brasil**. Brasília: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 2002.,
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. Cria o Regulamento dos Cursos de Graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. UFRN: 2009.
- _____. Histórico da UFRN e seu desenvolvimento em território potiguar. UFRN: 2017.
- _____. RESOLUÇÃO No 023/2015-CONSUNI, de 25 de novembro de 2015.
- YIN, Robert. **Estudo de Caso: planejamento e métodos**. 2ª ed. Porto Alegre. Bookman, 2004.